

Economia - Brasil

Encruzilhada

• O ajuste fiscal que se anuncia hoje terá que ser maior do que se imagina. O Governo vai perseguir um superávit de 2,6% do PIB num orçamento que já começará o ano com receitas encolhendo. O que o país recolherá a mais com o aumento da CPMF, perderá com a queda do crescimento econômico. Várias das medidas do pacote, mesmo necessárias e justas, já foram derrubadas antes, no Congresso ou na Justiça.

Por maior que seja o ajuste, ele não trará de volta instantaneamente o fluxo externo. O mercado externo secou com a crise e, na melhor das hipóteses, a vinda dos dólares recomençará — em menor nível — no começo do ano que vem.

Mas o dia hoje é decisivo porque colocará nos trilhos o trem que pode nos levar ao equilíbrio das contas, à ajuda externa, à reconstrução da confiança no país e à queda dos juros.

Ao contrário do que se imagina, não será necessário tudo aprovado para reduzir os juros. Se o ajuste for grande o suficiente e houver a convicção de que será aprovado no Congresso, cria-se um horizonte de queda futura do déficit.

Mas se o ajuste fiscal for pífio, se o Governo não demonstrar firmeza, se os políticos não entenderem a dramaticidade do momento, o país viverá a pior crise que já experimentou.

O que está em jogo é a estabilidade — conquista de mais de uma década de luta constante — e qualquer esperança de retomada do crescimento.

Se o Governo fracassar no jogo que anuncia hoje, o país pode ser empurrado para uma desvalorização forçada. Isto vai desorganizar a economia, produzir uma recessão de dimensões jamais vistas e trazer de volta a inflação.

Não é exagero. É a constatação de quem lida diariamente com a questão e quem estudou o que se passou nos países da Ásia.

Banqueiros e empresários que pedem a desvalorização neste momento como sendo a solução estão pensando apenas nos seus próprios interesses. Mas sabem exatamente o que isto poderia provocar no país.

O Governo optou por defender a moeda, a estabilidade, e o projeto econômico. Hoje fará sua jogada decisiva.

As medidas que estão sendo anunciadas não tranquilizam. A cobrança do Cofins de bancos já foi tentada e derrubada na Justiça. A cobrança de con-

tribuição dos aposentados do setor público foi derrubada no Congresso.

Cobrar o Cofins dos bancos é mais do que justo. Qualquer pequena empresa de serviços paga o imposto que incide sobre a receita operacional bruta. Mas os bancos conseguem escapar argumentando que este conceito de faturamento não se aplica a instituições financeiras. Conseguirá agora o Governo cobrar dos bancos?

Espera-se que a Justiça faça justiça e permita que o Governo cobre dos banqueiros o que cobra dos pequenos empresários.

Ontem, estudava-se a idéia de aumentar o Cofins, permitindo que este percentual fosse descontado no IR da pessoa jurídica. A questão é que se cobrará um percentual sobre o faturamento, antes do faturamento ocorrer. Isto é possível? Com a palavra, os tributaristas.

A contribuição dos inativos da União é mais controversa. Há casos de aposentados que ganham bem e outros que ganham mal. Todos porém recebem mais do que os aposentados do setor privado. Para estes há um teto. Já os do setor público se aposentam com seu último salário. Como deixam de pagar a previdência, têm na prática um aumento do salário líquido. A conta desta diferença é enorme e, de fato, é paga pelo conjunto da sociedade.

Nada disto é suficiente. O esforço fiscal terá que ser de R\$ 30 bilhões. O Orçamento previa um crescimento de 4% e agora não haverá crescimento. Isto provocará perda de receita. De quanto? O Planejamento fala em R\$ 12 bilhões.

Na Receita, os técnicos dizem que o Planejamento tem umas contas esquisitas. Eles calculam que a perda será de R\$ 6 bilhões.

Ou seja, o que o Governo vai arrecadar a mais com o aumento da CPMF vai perder com a redução do crescimento econômico. A conta tem que dar mais, mas começa com o sinal de menos.